

Estados Unidos, China e a transição de poder no século XXI

United States, China and the power transition in the 21st century

Resumo: O presente artigo busca entender o recrudescimento dos conflitos internacionais. Para isso, a metodologia compara as teorias da transição de poder e a estratégia geopolítica das duas superpotências globais: China e EUA. O objetivo era apontar qual corrente teórica seria a mais adequada para explicar o atual contexto. A conclusão do estudo foi de que, ao contrário do que está sendo defendido por boa parte dos especialistas, a geopolítica do século XXI não está reeditando o sistema bipolar, vivido durante a Guerra Fria, mas passando por uma crise de transição, típica de contextos em que há a disputa entre o poder hegemônico e outro ascendente, como ocorrido durante as décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial. Resta saber como tal dinâmica será processada no século XXI.

Palavras-chave: China. EUA. Geopolítica. História. Teoria da Transição de Poder.

Abstract: The objective of this paper is to understand the upsurge in global conflicts, especially those involving the two main world powers: China and the United States of America. Aiming this, the methodology sought to put in perspective the theories regarding power transition and the geopolitical strategy of the two main (global) powers, China and USA. The objective was that, in this way, the article could indicate which one best fits the current context. The conclusion of the study was, on the other way of what is being defended by a great part of the specialists, the geopolitics of the 21st century is not reediting the bipolar system, lived during the Cold War, but going through a transition crisis, typical of contexts in which there is the dispute between hegemonic and other ascending power, as occurred during the decades before World War I. It remains to be seen how this dynamic is going to be processed in the 21st century.

Keywords: China. USA. Geopolitics. History. Power Transition Theory.

Eduardo Migowski 

Exército Brasileiro.

Colégio Militar do Recife.

Recife, PE, Brasil.

eduardomigowski@hotmail.com

Recebido: 05 out. 2020

Aprovado: 02 mar. 2021

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

1 Introdução

Em setembro de 2020, Donald Trump subiu à tribuna da Assembleia Geral das Nações Unidas e, numa postura agressiva, afirmou a necessidade de combater aquilo que chamou o republicano de “vírus chinês”. A expressão, de duplo sentido, fazia referência tanto ao Coronavírus quanto à influência do país asiático ao redor mundo, só assim, afirmou o presidente, haveria paz e prosperidade (DONALD..., 2020).

Mesmo após a troca de comando na Casa Branca, por mais que Joe Biden seja mais contido com as palavras, a expectativa é de que a conduta assertiva em relação à China seja mantida. Segundo a agência *Reuters*, numa reunião com senadores, o novo presidente teria alertado que os EUA são o mais sério adversário de Pequim e teria prometido aos presentes “competir e ganhar” a disputa com o rival asiático. “Se não começarmos a nos mexer, eles vão comer o nosso almoço”, teria afirmado o democrata (CHINA..., 2021, n.p.).

Como interpretar a escalada recente da rivalidade entre as duas superpotências? Essa é a pergunta que muitos analistas estão fazendo. O cientista político Graham Allison (2020) argumenta que o sistema internacional estaria passando por uma *crise de transição*, conceito que o professor explicou por meio da expressão *armadilha de Tucídides*. Segundo Allison, milhares de anos atrás, Tucídides já havia percebido a natureza sistêmica dos conflitos em momentos de transição. Escrevendo sobre a Guerra do Peloponeso, o historiador grego demonstrou dois fatores que teriam tornado o conflito entre espartanos e atenienses inevitável: a ascensão da segunda e o medo de isso causou na primeira.

Por mais que haja exagero na ideia de que algo seria inevitável, a metáfora é interessante. Ora, se o conflito foi inevitável, sua deflagração independe da vontade dos respectivos governantes. Se mudassem os atores, o século ou a geografia, a guerra aconteceria da mesma maneira. Ou seja, Tucídides não estava apenas elucidando uma questão local, mas propondo um modelo explicativo que poderia perfeitamente ser ampliado. Foi, portanto, para caracterizar os contextos em que há dinâmicas similares, que o cientista político propôs a expressão *armadilha de Tucídides*.

Foi, com efeito, a armadilha que Tucídides que, no século XIX, iniciaria o cataclisma da Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, a ordem estabelecida, protagonizada pelos países de industrialização mais antiga, sobretudo Inglaterra e França, seria desestabilizada pelo rápido crescimento de uma Alemanha recentemente unificada. E, num mundo que já havia sido repartido durante o Imperialismo, a projeção mundial do Império Alemão invariavelmente entraria em choque com os interesses hegemônicos.

A dúvida é se China e Estados Unidos estariam, de fato, seguindo o roteiro descrito acima. Para isso, primeiro, é fundamental conhecer o debate a respeito da chamada teoria da “transição de poder” e, em segundo lugar, a história recente da política externa das duas principais potências do século XXI. Só assim será possível, na sequência, perceber qual das teorias a respeito da *transição de poder* seria a mais adequada para explicar o atual contexto e, por fim, esboçar algumas ideias de como seria possível alterar o desfecho dessa perigosa trama.

Por mais pessimista que a interpretação acima possa parecer, é preciso ter clareza que “escolhas diferentes teriam produzido resultados diferentes” (ALLISON, 2020, p. 270). Nesse

momento, portanto, o fundamental é compreender quais decisões poderiam aumentar e quais permitiriam que o risco do conflito armado fosse afastado. Parafraseando Tucídides, podemos dizer que é o medo que a ascensão de Pequim tem causado em Washington que impôs aos teóricos de relações internacionais a necessidade urgente de pensar saídas para que a guerra seja evitável.

2 Considerações teóricas

Assim como a tradição realista, a *teoria da transição* de poder privilegia o estudo das relações de poder. No segundo caso, porém, o foco é nas assimetrias sistêmicas. Abramo Organski (1958), pioneiro na área, por exemplo, propôs uma pirâmide para caracterizar as hierarquias internacionais. Os Estados foram classificados em quatro níveis: 1) Estado dominante, 2) Grandes potências, 3) potências regionais, 4) poderes secundários. O argumento é de que a posição que cada ator ocupa na hierarquia internacional seria fundamental para o entendimento dos fatores que levam à cooperação ou à competição entre os Estados.

Ainda de acordo com Organski, os poderes dominantes seriam compostos por um conjunto reduzido de países que concentram de maneira desproporcional os recursos de poder disponíveis. Por tal motivo, esses Estados estariam interessados na manutenção do *status quo* que os privilegia. O esperado em condições normais é que a superpotência busque a estabilização do sistema. Ou seja, ao contrário do realismo clássico, a paz não viria do *equilíbrio de poder*, mas seria *imperial*.

O problema é que a pirâmide hierárquica não é estática. A correlação de forças está sempre sendo modificada e, quando emerge uma potência capaz de rivalizar com os poderes estabelecidos, a probabilidade de um conflito armado sofreria escalada considerável. Nesse caso, a estabilidade sistêmica pode ser vista como prejudicial aos interesses do *Estado dominante*, que acabaria por impor uma dinâmica diferente. Esse é o contexto que pode ser classificado como de *transição de poder*. A dúvida é se a rivalidade entre EUA e China estaria seguindo o roteiro descrito pelos teóricos da transição.

Graham Allison, como dito, foi taxativo ao afirmar que sim. Jonh Mearsheimer (2001) também não aparenta estar muito otimista com o atual cenário. O *realismo ofensivo*, proposto por Mearsheimer, argumenta que a segurança internacional advém da concentração de recursos e não do *equilíbrio de poder*. Tal perspectiva altera de forma significativa o comportamento esperado dos atores no tabuleiro da geopolítica mundial. “As grandes potências seriam sempre forças revisionistas na eterna busca da maximização do seu poder [...]. Apenas com maiores somas de recursos de poder é que as ameaças seriam superadas e a segurança, de fato, conquistada” (BARCELLOS; MÈRCHER, 2020, p. 389).

Os períodos de transição, portanto, configurariam cenários de incerteza e de desconfiança mútua, o que poderia induzir à formação de um novo dilema de segurança. A conclusão é de que, nesses contextos, haveria alta probabilidade de que a competição entre polos de poder rivais escalasse na direção de um conflito bélico. “Em suma, é improvável que a ascensão da China seja tranquila” (MEARSHEIMER, 2014, n.p., tradução nossa).

Se tais interpretações estiverem corretas, o recrudescimento da fricção internacional teria caráter estrutural e, nos próximos anos, a tendência seria o seu agravamento. Há, porém,

outras propostas interpretativas. Os liberais, por exemplo, são menos pessimistas. Segundo essa corrente, a globalização prefiguraria um quadro de *interdependência complexa*, caracterizado pela dependência mútua entre os atores. Em um cenário em que os mercados globais estão integrados, segundo autores como Joseph Nye (2002), a emergência de um novo *player global* alavancaria a economia mundial e traria benefícios ao conjunto da comunidade internacional. Portanto, desde que existam regras definidas e instituições multilaterais capazes de mediar os conflitos, a *transição de poder* ocorreria sem maiores abalos.

O pensamento geopolítico chinês também propõe outra chave interpretativa para o atual cenário. O professor Yan Xuetong, expoente do chamado *realismo moral*, entende que a conduta dos Estados deve ser orientada por critérios éticos e sempre buscar a preservação da paz. (RIBEIRO, 2020). Para que a transição ocorra de forma pacífica, Pequim deveria aproveitar a decadência do *soft power* norte-americano e arregimentar seguidores na comunidade internacional através da conduta moral. “Mesmo que a China supere os EUA no poder geral, ela não poderá exercer liderança internacional a menos que possa atrair seguidores, o que exige articular e defender uma ideologia que agrada a outras culturas” (LARSON, 2020, p. 164 apud RIBEIRO, 2020, p. 632).

É isso que os intelectuais orientais chamam de *caminho real*. O exemplo usado para embasar o *realismo moral* vem da história oriental, do período dos Reinos Combatentes, quando ocorreu a decadência do Estado Zhou e a ascensão da dinastia Chin. No caso dos Reinos Combatentes, ao contrário do ocorrido da Grécia Antiga, teria ocorrido o *equilíbrio hegemônico*, não a destruição mútua. A proposta é que, em nome de um ambiente equilibrado e pacífico, a governança global deveria privilegiar a “distribuição de responsabilidade internacional para reduzir ameaças comuns a todos os países” (XUETONG, 2019, p. 7 apud RIBEIRO, 2020, p. 630).

Pois bem, diante de um debate tão multifacetado, a pergunta elementar é: quem estaria com a razão? Nesse momento, a única certeza é a de que um novo ciclo geopolítico está sendo iniciado. E, no meio de tantas dúvidas, resta colocar as hipóteses dos teóricos à prova. Para onde vamos? A resposta a esta angustiante pergunta deve ser buscada, em primeiro lugar, na reavaliação da história recente.

3 A coexistência competitiva dos anos 1990

Os professores Li Xing e Timothy Shaw (2018) usaram a expressão “dormindo na mesma cama com sonhos distintos” para caracterizar as mudanças na geopolítica mundial. Os pilares da relação bilateral China/EUA foram fundados em bases instáveis porque tinham o objetivo de isolar um inimigo comum: a URSS. Era um “casamento” de conveniência e, como tal, deveria ser revisto após o colapso da experiência bolchevique.

O que viria na sequência? A interpretação norte-americana foi de que uma política de confrontação direta poderia isolar os ocidentais no continente asiático (KISSINGER, 2012). Por tal motivo, a redefinição das diretrizes diplomáticas seria feita com muita cautela. Doravante, segundo Henry Kissinger (2011), ambos (China e EUA) iram fundir suas estratégias num padrão de *coexistência cooperativa*. “Os Estados Unidos e a China percebiam que precisavam um do outro porque

ambos eram grandes demais para serem dominados, especiais demais para serem transformados e necessários demais um ao outro para permitir o luxo do isolamento” (KISSINGER, 2011, p. 469).

A *coexistência cooperativa* deveria privilegiar as áreas em que haveria complementaridade. O padrão observado, porém, seria outro. Na perspectiva norte-americana, a cooperação deveria ser realizada por meio de uma clara hierarquia. A China se tornaria parceira da ordem liderada pelos EUA. Os chineses, por sua vez, desejavam *montar o tigre* (XING; SHAW, 2018), imagem que representa a tensão dialética entre as oportunidades e os perigos inerentes à cooperação estratégica com a principal potência mundial.

Aos poucos, *rivalidades emergentes* sepultariam a esperança de que o padrão da *coexistência cooperativa* fosse estabelecido. Na prática, o que ocorreu foi uma *coexistência competitiva* e, nesse modelo, a China estava claramente levando vantagem.

Os EUA, vendo o perigoso crescimento de um polo rival na Ásia, passariam a reavaliar a estratégia que estava sendo adotada. Conformando o que alguns estudiosos definiram como *síndrome da China*, caracterizada por “um misto de ansiedade psicológica, histeria emocional e demonização empática” (XING; SHAW, 2018, p. 55). O motivo de tamanha angústia é o reconhecimento de que a *balança de poder* está oscilando para o oriente e que, portanto, o tempo seria prejudicial aos interesses norte-americanos. No século XXI, a cama se tornou curta demais para acomodar dois gigantes.

4 A estratégia norte-americana

A correção de rumos na política externa dos EUA havia sido iniciada durante o governo Obama. Em 2011, logo após a China superar o Japão e se tornar a segunda maior economia do mundo, o democrata daria início à estratégia conhecida como *Pivot / Rebalance to Asia*. A ideia era contrabalançar a influência chinesa por meio da aproximação em relação às nações da Bacia do Pacífico e do Sudeste Asiático. O objetivo estratégico era o estrangulamento político, econômico e militar do rival asiático (PECEQUILO, 2013).

Em 2015, após sete anos de negociações, foi assinado a pareceria *Transpacif Partnership* (TPP), um acordo de livre-comércio que envolveu doze países banhados pelo Oceano Pacífico. O TPP deveria fortalecer a posição norte-americana via cooptação comercial (PECEQUILO, 2013). Em dezembro de 2017, o governo Trump publicou o novo relatório da Estratégia de Segurança Nacional, que apontava abertamente a China como concorrente estratégico e principal ameaça aos interesses globais do país (RIBEIRO, 2020). A virada na política norte-americana estava completa.

De acordo com o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, doravante, a política externa estadunidense passaria a perseguir os seguintes objetivos: 1) eliminar o *déficit* comercial, 2) impedir a transferência de tecnologia avançada, 3) reduzir a presença de estudantes chineses nos EUA, 4) impedir a adoção da tecnologia 5G da Huawei, 5) promover o retorno da produção industrial para os EUA, 6) expandir o orçamento e a presença militar do país, 7) alinhar os países europeus com os EUA contra a China (GUIMARÃES, 2020).

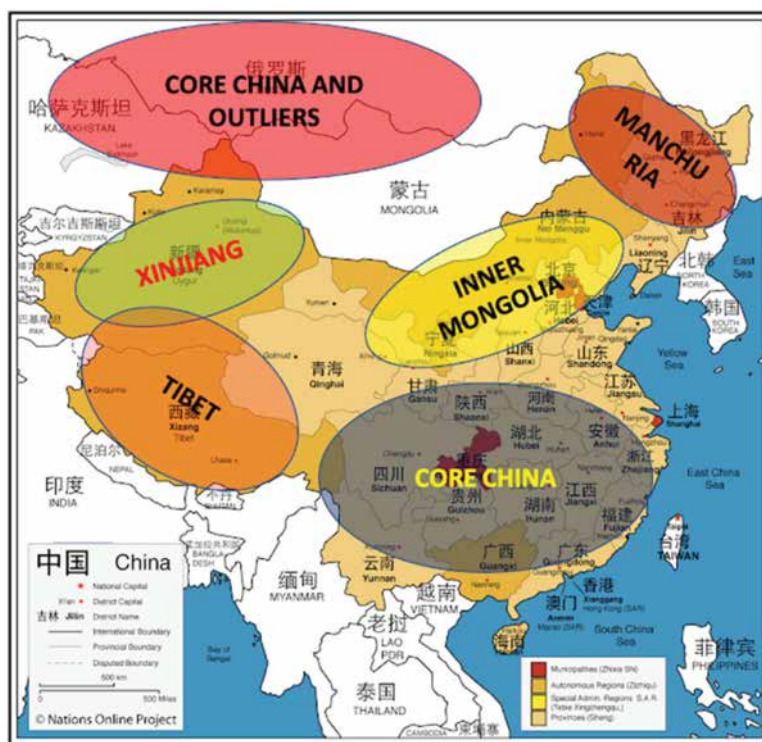
Segundo o influente cientista político Zbigniew Brzezinski (2012), num ambiente de conflito, a estabilidade do continente asiático dependerá daquilo que o ex-conselheiro de Jimmy Carter chamou de “dois triângulos regionais sobrepostos, nucleados na China. O primeiro se refere a China,

Índia e Paquistão. O segundo a China, Japão e Coreia com os Estados do sudeste asiático desempenhando papel coadjuvante” (BRZEZINSKI, 2012, p. 162 apud PECEQUILO, 2013, p. 3697).

No caso do primeiro, que envolve áreas problemáticas, como o Tibete e a região autônoma de Xinjiang, a questão central seria a dos direitos humanos. O problema é que tanto Xinjiang quanto o Tibete são territórios estratégicos para as ambições geopolíticas da RPC. Xinjiang permite acesso direto ao Paquistão, Tadjiquistão, Quirquístão e ao Cazaquistão, Rússia, Mongólia e Índia, área fundamental para o projeto mais ousado das últimas décadas, a nova Rota da Seda. A região autônoma também funciona como “para-choque” da área central do país, além de abrigar recursos naturais e ser a principal área de testes de armas nucleares.

No Tibete estão instaladas importantes bases militares, sobretudo da Força Aérea, devido a sua altitude. O Himalaia, que percorre toda a fronteira com a Índia, forma uma muralha artificial de proteção, oferecendo importante vantagem estratégica para a potência que controlar a cordilheira. É também no Tibete que ficam a nascente dos principais rios que cortam o continente asiático e, na perspectiva geopolítica, dominar as fontes de água significa exercer poder direto no abastecimento hídrico de diversos países.

Figura 1 – Posição estratégica de Xinjiang e do Tibet



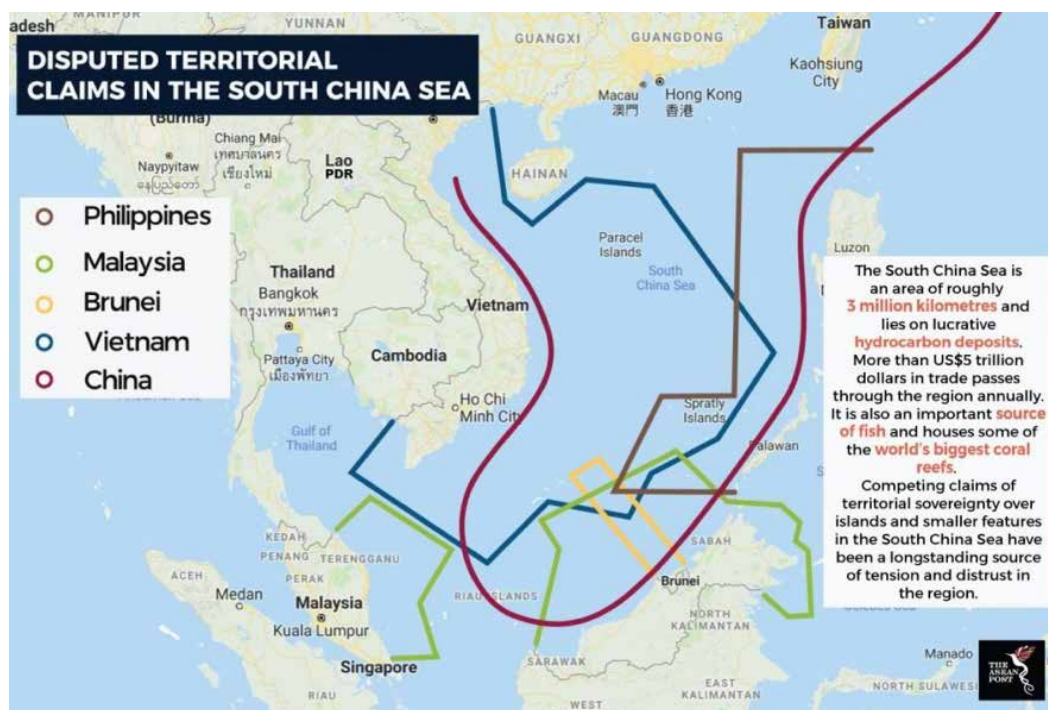
Fonte: Shankar (2020).

No segundo triângulo, os EUA tencionam a intensificação dos conflitos na Ásia e no Pacífico para consolidar o cerco estratégico-militar ao rival asiático. Os pontos de vulnerabilidade são muitos. A disputa com o Japão pelas ilhas do Mar do Leste se prolonga há anos e expõe as feri-

das históricas não cicatrizadas entre as duas principais potências asiáticas. Mas é no Mar da China Meridional, também conhecido como Mar do Sul da China, que as tensões atingiram níveis perigosos. O Partido Comunista reivindica o direito sobre a chamada Linha das Nove Raias, dez caso Taiwan seja incluída, o que daria a soberania aos chineses do mar que já foi chamado de mediterrâneo asiático, tamanha a importância estratégica, e que recentemente também tem sido comparado ao golfo pérsico, devido às reservas de petróleo e de gás natural.

Em 1992, a China aprovou uma polêmica legislação que coloca o Mar Sul da China sob a soberania do país, documento que não é reconhecido por nenhum dos governos do entorno regional. Tal fato provoca atritos com a Malásia, Vietnã, Brunei e Filipinas. Aliás, em 2016, o Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia reconheceu o direito das Filipinas de explorar economicamente o Mar Sul da China. Os pesquisadores Diego Pautasso e Caio Dória (2017) destacam a existência de fortes indícios de que os EUA teriam influenciado no pleito desses países no Tribunal Internacional (sobretudo o das Filipinas). O objetivo de Washington, ao fomentar o litígio, seria contrabalançar o peso de Pequim na região. Seja como for, no fim, a Resolução seria ignorada.

Figura 2 – Importância do Mar do Sul para a segurança militar e comercial da China.



Fonte: Gnanasagaran (2018).

Taiwan e Hong Kong também são pontos de instabilidade. Se uma potência quiser dominar a parte continental, antes, será preciso entrar na ilha de Taiwan. O estreito deixa os principais centros financeiros vulneráveis: Xangai, Pequim e Hong Kong são cidades localizadas nas proximidades da costa leste. Taiwan também fica numa posição estratégica para as ambições do PCCh de controlar as rotas de comércio que atravessam o Mar da China Meridional. Na história recente, portanto,

Taiwan foi (e continua sendo) um espaço de tensão, epicentro do choque provocado pelo contato entre o Ocidente e o Oriente.

Já Hong Kong, com um sistema político similar ao das democracias ocidentais, tem se notabilizado nos últimos anos como núcleo de resistência à centralização política promovida pelo Partido Comunista. A Ilha também é o principal canal de influência da propaganda ocidental no país. Tal fato coloca Pequim diante de um complexo dilema. Se, de um lado, a autonomia de Hong Kong pode ser utilizada como forma de desestabilização interna; de outro, a repressão aos movimentos populares pode fortalecer a narrativa ocidental a respeito do “perigo totalitário”, além de dificultar a estratégia de aproximação com o governo de Taipei (capital de Taiwan).

É diante desse contexto que o recente retorno do discurso anticomunista deve ser interpretado. Não como explicação da realidade, mas como parte da contenção do poderio geopolítico chinês. A noção de nova Guerra Fria é uma tentativa de barrar a estratégia chinesa de cooptação de parceiros por meio do exemplo. Ideia que, como visto, está na base do *realismo moral*. Ora, ao reduzir a geopolítica ao confronto do bem contra o mal, passaria a ser obrigação das chamadas “nações livres e democráticas” o engajamento na luta contra o inimigo comum, que, na prática, as colocaria sob a tutela dos Estados Unidos. A China, portanto, segundo essa narrativa, deveria ser encarada como ameaça à liberdade e jamais poderia servir de exemplo aos demais atores da comunidade internacional.

Em suma, a expansão chinesa está produzindo desequilíbrios na *balança de poder*, fato que permite ação mais assertiva por parte dos EUA. Ao que tudo indica, Washington atuará em duas direções: 1) de modo indireto, buscando intensificar os pontos de vulnerabilidade do rival e 2) de maneira direta, recorrendo à noção de nova Guerra-Fria, de modo a resgatar os valores que conferem legitimidade moral à política de contenção e que serão usados para bloquear a influência chinesa nas áreas em que a potência ocidental não possui condições de competir em condições vantajosas.

5 A estratégia chinesa

O sonho chinês “captura forte desejo de um bilhão de chineses: ser rico, poderoso e respeitado” (ALISSON, 2020, p. 136). Ora, considerando que o país cresceu perto dos dois dígitos nas últimas quatro décadas, é possível afirmar que o modelo seguido tem demonstrado êxito. A estratégia chinesa, portanto, é manter o ritmo de modernização dos anos anteriores. Ou seja, se a liderança estadunidense deseja intensificar os pontos de vulnerabilidade do rival, os planejadores orientais pretendem anulá-los. É, dentro dessa perspectiva, que a narrativa oriental de ascensão pacífica deve ser compreendida.

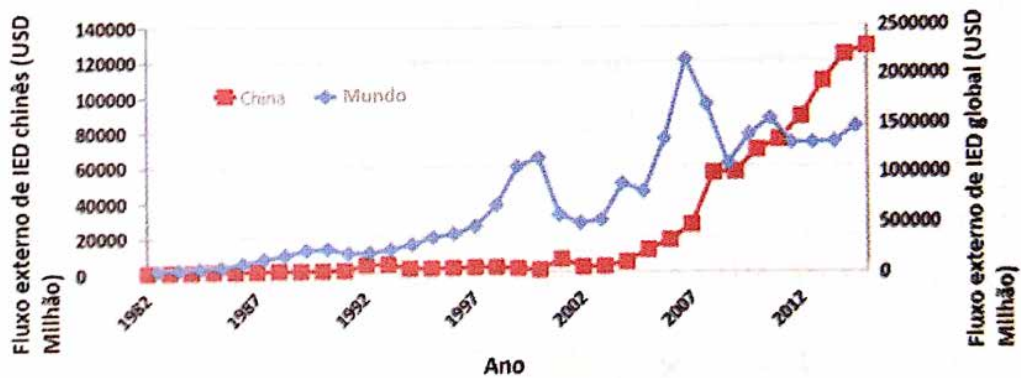
Em termos práticos, a política externa do país estaria mirando em quatro objetivos: 1) devolver a liderança no continente asiático. 2) Reestabelecer o território da Grande China, que inclui as regiões separatistas do Tibete e de Xinjiang. 3) Recuperar a esfera de influência e impedir a atuação dos americanos no seu entorno estratégico, 4) assumir protagonismo nos assuntos relevantes do debate diplomático mundial (ALLISON, 2020). Além dos citados, podemos incluir a disputa pela vanguarda na produção tecnológica de ponta e o controle de parte das fontes de matérias primas, produção de alimentos e energia globais.

Para tanto, Pequim atua em duas frentes. Na parte ocidental, o PCCh busca projeção na área que a geopolítica ocidental definiu como *Heartland*. Apresentado pela primeira vez em 2013, a

Nova Rota da Seda (OBOR), a iniciativa econômica mais ambiciosa realizada pelo país asiático até então, iniciaria a revitalização a infraestrutura logística para estimular as trocas comerciais da China com a África e com a Eurásia. Configurando-se como importante corredor estratégico de projeção política e econômica na região.

Os pesquisadores Leonardo Mècher e Bruna Barcellos, destacam que, desde 1999, o objetivo estratégico do país tem sido o de impulsionar os investimentos das suas empresas multinacionais pelo mundo e assegurar o acesso aos recursos fundamentais para a manutenção da rápida expansão da atividade econômica. Além de permitir a aquisição de novas tecnologias (BARCELLOS; MÉRCHER, 2020).

Gráfico 1 – Fluxo externo de IED chinês.



Fonte: Unctad (2013 apud MA; OVERBEEK, 2018, p. 75).

Em 2020, sob a liderança de Pequim, seria criado o maior acordo de livre comércio do mundo (RCEP), envolvendo países da Ásia e do Pacífico, sem a participação dos Estados Unidos. O RCEP está sendo chamada por parte da mídia ocidental de globalização chinesa. Por mais que possa parecer exagero, o termo é interessante. A China foi a grande beneficiada pela desregulamentação financeira global das décadas anteriores e, cada vez mais, necessita do comércio internacional para manter o ritmo de crescimento. O problema é que, aparentemente, tais regras estão sendo revistas. Em resposta, estaria ocorrendo a conformação de um sistema sinocêntrico (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017). Em outras palavras, a “globalização chinesa” serviria como antídoto ao recuo da globalização “norte-americana”.

Figura 3 – Corredores Econômicos Internacionais



Fonte: Alves (2017).

No leste, o objetivo é colocar à prova a supremacia naval norte-americana no Pacífico e, desse modo, reconfigurar o espaço marítimo. A atitude assertiva de Washington produz efeitos psicológicos que não podem ser desprezados. É comum ouvir das autoridades chinesas referências ao chamado século da humilhação, entre a primeira Guerra do ópio (1839) e a Revolução Comunista (1949), no qual o país esteve sujeito a sucessivas ocupações estrangeiras. “Para muitos chineses, perseguir os interesses nacionais não é importante apenas para fazer a China avançar em direção ao rejuvenescimento nacional, mas porque protege ativamente a China de outro período de opressão” (TISCHLER, 2020, n.p.).

O argumento é que tais humilhações só foram possíveis devido ao enfraquecimento interno da dinastia Qing, que permitiu a interferência estrangeira nos assuntos domésticos chineses. Nesse ponto, há um claro paralelo entre a história nacional e os atuais conflitos separatistas, que estão sendo estimulados pelos americanos. Como demonstrou Mark Tischler, especialista em geopolítica asiática:

A compreensão dessa narrativa é essencial para a compreensão da política interna, externa e de defesa de Pequim. Enquanto para os tomadores de decisão americanos, perder o controle do Mar da China Meridional pode ser um golpe significativo para a posição estratégica de Washington, para seus colegas chineses, perder o controle da região pode sinalizar os primeiros passos de outra ocupação. Isso pode soar como uma hipérbole, mas as memórias assombrosas desse passado sombrio desempenham uma força imensamente forte nas políticas contemporâneas de Pequim (TISCHLER, 2020, n.p., tradução nossa).

Essa mentalidade tem sido fundamental para impulsionar a recente expansão do poder militar do país asiático. A estratégia naval, primeiro, deverá garantir a supremacia dos mares que rodeiam o seu território – o que envolve o Japão, Taiwan, Filipinas e o sul do Mar da China – e, posteriormente, ter condições de projetar poder globalmente (VIOLANTE; MARRONI; MAIA, 2020).

A ambição que, diga-se, está se tornando cada dia mais plausível: “graças à contínua reconquista de poder de influência no Leste Asiático, para a China a posição norte-americana no Pacífico ocidental está em declínio. As ações chinesas na região conseguiram acelerar esse recuo, mais visivelmente no Mar do Sul da China”. (ALLISON, 2020, p. 180).

A geopolítica da China contemporânea, portanto, atua de forma multidimensional. A transição hegemônica, contudo, necessita mais do que peso econômico e força militar. Como os próprios chineses destacaram, é preciso legitimidade para liderar. A estratégia, nesse caso, tem sido a de apostar nas contradições crescentes da ordem internacional do pós Guerra Fria, moldada a partir dos valores americanos, e que entregou muito pouco daquilo que havia prometido.

A globalização das últimas décadas produziu desequilíbrios e fortaleceu as assimetrias, concentrado poder em poucos Estados, ao mesmo tempo em que possibilitou a ascensão de novos centros regionais. Aqui, há uma forte contradição. Ora, Pequim, como dito, foi a principal beneficiada da desregulamentação financeira e, portanto, depende da manutenção do sistema que critica. A justificativa é que a “globalização chinesa” seria orientada por regras diferentes. A promessa é de que ela seja capaz de proporcionar um modelo de integração inclusiva, que permitisse a superação das assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017).

Para isso, Pequim busca força moral na narrativa de que, assim como boa parte dos países emergentes, a China foi subjugada pelo projeto imperial das potências ocidentais. Contudo, tendo superado a condição periférica, o país estaria em condições de modificar o sistema imposto com o objetivo de perpetuar a submissão dos povos periféricos. É desse modo, que o princípio do realismo moral de arregimentar seguidores pelo exemplo está sendo colocado em prática no século XXI.

6 A geopolítica do século XXI e os teóricos da transição de poder

Após apresentar as principais teorias da transição de poder, e a inserção estratégica das duas principais superpotências globais, chegou o momento de responder a última pergunta proposta: qual das correntes explicativas seria a mais adequada para interpretar o atual contexto? Essa questão será abordada abaixo.

A proposta liberal é certamente a mais frágil. O motivo é uma contradição entre o “dever ser” e o “ser” do sistema internacional. *A Nova Ordem Mundial* foi uma criação norte-americana e, como tal, deveria ser sustentada pela hegemonia global do país. A supremacia de Washington seria elemento fundamental para a governança do sistema. Desse modo, no momento em que surgisse uma potência desafiante, ela poderia ser entendida como ameaça à reprodução da própria ordem liberal.

Em última análise, portanto, o que estaria em risco seriam os valores que, segundo o liberalismo, deveriam garantir que a transição ocorresse de modo pacífico. Essa é a lógica subjacente ao resgate do conceito de nova Guerra Fria nos últimos anos; o que estaria em disputa seria liberdade ante

a ameaça totalitária. No fim, essa interpretação acabaria por impossibilitar que a disputa hegemônica fosse gerida pelas instituições multilaterais.

O *realismo moral* também apresenta limitações. Como seria possível a conformação de um *equilíbrio hegemônico* num contexto em que a potência desafiante cresce num ritmo três vezes superior à potência estabelecida? Há, igualmente, incontáveis exemplos históricos – como a Terceira Guerra do Vietnã (1978), o apoio ao UNITA na guerra civil em Angola e o tratamento reservado aos separatistas em Xinjiang e no Tibete –, que, diferentemente do alegado, demonstram que o país asiático está muito distante de privilegiar os valores morais na sua conduta interna e externa.

Além disso, a postura de Pequim na Ásia não indica disposição de compartilhar a responsabilidade com os demais atores. A ascensão do país também não está isenta de conflitos; os países do entorno – como Índia, Japão, Vietnã, Austrália, Malásia, Filipinas, dentre outros –, muitas vezes, percebem a nova potência regional como ameaça à soberania desses Estados e não como alternativa à hegemonia estadunidense. A atuação chinesa na Ásia, portanto, está distante da proposta expressa pelo conceito de *caminho real*. Ademais, do ponto de vista norte-americano, a proposta de divisão de responsabilidade soa como estratégia de reconhecimento do poder global do rival asiático; ou seja, seria apenas mais um passo na direção da *transição de poder*.

O que está sendo verificado na geopolítica do século XXI, portanto, está mais próximo da metáfora da *armadilha de Tucídides* de Graham e do *realismo ofensivo* de Mearsheimer. Em 2014, John Mearsheimer já argumentava que, caso a China mantivesse o ritmo de crescimento das décadas anteriores (o que está ocorrendo), cedo ou tarde, Pequim precisaria projetar poder no seu entorno estratégico. Os Estados Unidos, em reação, iriam buscar aproximação com os demais países da região, de modo a barrar o crescimento da potência desafiante. É justamente o que vem ocorrendo nos últimos anos. “Por mais que a China rejeite em seu discurso a ideia de hegemonia (...), e nem esteja numa posição hegemônica sobre as demais potências, ela mantém dados concretos de maximização de poder de Mearsheimer” (BARCELOS; MÈRCHER, 2020, p. 379).

7 Considerações Finais

A história do século XXI será contada de acordo com o modo em que a China será inserida como potência no sistema internacional. É preciso ter clareza que esse movimento nunca é tranquilo, porém, as turbulências produzidas podem variar muito de intensidade.

Aparentemente, a rivalidade internacional está seguindo a mesma trilha que levou a Grécia antiga à ruína, após a Guerra do Peloponeso, e que, milênios depois, afundaria a Europa no cataclisma das duas guerras mundiais. Seria um erro, contudo, entender a armadilha de Tucídides de forma fatalista. Por mais que o historiador grego tenha dito que a Guerra do Peloponeso era inevitável, é preciso reconhecer que praticamente tudo pode ser evitado. Na história humana, não há destino inexorável.

Se a causa da guerra hegemônica entre a potência estabelecida e o poder desafiante é estrutural, a forma com ela será conduzida dependente decisivamente das escolhas dos dois principais protagonistas. Em outras palavras, a guerra não precisa ser militar. Para isso, os EUA devem aceitar que o crescente peso geopolítico de Pequim é uma realidade incontornável, separar seus interesses vitais daqueles transitórios, para, desse modo, colocar os últimos na mesa de negociação diplomática, num esforço conjunto de entendimento.

A geopolítica da Ásia, por exemplo, ao mesmo tempo em que é vital para os chineses, não ameaça a segurança de nenhuma nação do continente americano. Nesse caso, é óbvio quem deveria estar inclinado a ceder. Ao invés de enviar porta-aviões para o mar do sul da china, talvez fosse mais produtivo mediar o diálogo entre as partes envolvidas, de modo a mitigar também a pressão militar que claramente está sendo exercida por Pequim em relação aos seus vizinhos. Tal ato ajudaria, inclusive, os EUA a recuperarem a força moral da sua política externa que, nos últimos anos, entrou num acelerado processo de desgaste. Além de afetar decisivamente a ambição chinesa de liderar pelo exemplo.

Não há como impedir a ampliação do poder no sistema internacional de um ator que cresce no ritmo que a China tem apresentado. Qualquer forma de política de contenção, portanto, além de altamente arriscada, em médio e longo prazo, estará fadada ao fracasso. A manutenção da hegemonia norte-americana necessita mais de reformas internas, que permitam a retomada do dinamismo, sobretudo no que diz respeito a produção de novas tecnologias, que da reconfiguração da inserção externa do país. As autoridades estadunidenses precisam ter clareza dessa realidade.

Em suma, a inevitável rivalidade entre duas superpotências deve ser conduzida dentro dos limites impostos pela necessidade superior de manutenção da paz. Para isso, é preciso ter em mente que a armadilha de Tucídides terminou por arruinar tanto Esparta quanto Atenas e, no século XIX, ela também arrasaria o continente europeu. Sem falar que, na era atômica, caso posta em movimento, a *máquina militar do juízo final* (KISSINGER, 2012) pode perder o seu conteúdo metafórico.

A lição que podemos aprender com o passado, portanto, é a de que a guerra nunca foi solução, seja ela quente ou fria. Se não é possível que dois gigantes durmam na mesma cama, eles precisarão moderar seus sonhos para a humanidade continuar sonhando.

Referências

ALLISON, G. **A caminho da guerra**: os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides?. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

ALVES, J. E. D. RIC (Rússia, Índia e China): o triângulo estratégico que pode mudar a governança mundial. **Eco Debate**, [Rio de Janeiro], 26 mar. 2017. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2017/04/26/ric-russia-india-e-china-o-triangulo-estrategico-que-pode-mudar-governanca-mundial-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BARCELLOS, B. L.; MÈRCHER, L. Nova Rota da Seda: China e sua maximização econômica por recursos de poder. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 621-644, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/76685/44698>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BREZAZINSKI, Z. **Strategic vision**. New York: Basic Books, 2012.

CHINA vai “comer nosso almoço”, alerta Biden após conversa com Xi Jinping. **InfoMoney**, [São Paulo], 11 fev. 2021. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/china-vai-comer-nosso-almoco-alerta-biden-apos-conversa-com-xi-jinping/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

DONALD Trump discursa na Assembleia Geral da ONU. Rio de Janeiro: GloboNews, 22 set. 2020. 1 vídeo (7 min). Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews-edicao-das-10/video/confira-o-discurso-completo-de-donald-trump-na-assembleia-geral-da-onu-8876196.ghtml>. Acesso em: 22 mar. 2021.

GNANASAGARAN, A. Is joint exploration the answer to the South China Sea dispute? **The Asian Post**, Kuala Lumpur, 25 Mar. 2018. Disponível em: <https://theasianpost.com/article/joint-exploration-answer-south-china-sea-dispute>. Acesso em: 01 abr. 2021.

GUIMARÃES, S. P. A hegemonia dos EUA e a ascensão da China. **Brasil de Fato**, São Paulo, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/17/artigo-o-sistema-internacional-e-o-imperio-hegemonia-dos-eua-e-ascensao-da-china>. Acesso em: 21 mar. 2021.

KISSINGER, H. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

MA, Y.; OVERBEEK, H. Investimento externo direito chinês na União Europeia. In: VADDEL, J. (org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018. p. 75.

MEARSHEIMER, J. J. **The tragedy of great power politics**. Nova York: Norton, 2001.

MEARSHEIMER, J. J. Can China rise peacefully?. **The National Interest**, [Washington, DC], 25 Out 2014. Disponível em: <https://nationalinterest.org/commentary/can-china-rise-peacefully-10204>. Acesso em: 21 mar. 2021.

NYE, J. S. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

ORGANSKI, A. F. K. **World politics**. New York: Alfred A. Knopf, 1958.

PAUTASSO, D.; UNGARETTI, C. R. A nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. **Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais**, Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 25-44, 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/P.2317-773X.2016v4n3p25/11369>. Acesso: 21 mar. 2021.

PAUTASSO, D.; DORIA, G. A China e as disputas no Mar do Sul: entrelaçamento entre as dimensões regional e global. **Revista de Estudos Internacionais**, João Pessoa, v. 8, p. 18-32, 2017.

PECEQUILO, C. S. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 1 E-book.

RIBEIRO, F. G. D. B. Geopolítica do Século XXI: a perspectiva chinesa geopolítica do sistema internacional. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 621-644, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/75746/44759>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SHANKAR, L. G. P. India, Tibet and China: the way forward. **The Daily Guardian**, [Iloilo], 28 Dec 2020. Disponível em: <https://thedailyguardian.com/india-tibet-and-china-the-way-forward/>. Acesso em: 28 mar. 2021

TISCHLER, M. China's 'never again' mentality. **The Diplomat**, Washington, DC, 18 Aug 2020. Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/08/chinas-never-again-mentality> Acesso em: 21 mar. 2021.

TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso: livro I**. 3. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

VIOLANTE, A. R.; MARRONI, E. V.; MAIA, A. V. Reflexões sobre a guerra hegemônica na atualidade: China e Estados Unidos. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 531-552, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/73966>. Acesso em: 21 mar. 2021.

XING, L.; SHAW, T. O sonho chinês versus o sonho americano no reordenamento mundial: mesma chama? sonhos distintos?. In: VADDEL, J. (org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018. p. 43/72.

